



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE APRESENTAÇÃO DO CÁLCULO ATUARIAL E BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS FINANCEIROS DO IPREMT, REALIZADA NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, ÀS 19h38.

Às dezenove horas e trinta e oito minutos do oitavo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nas dependências do Cine São Pedro, realizou-se a Audiência Pública, que tem como tema a apresentação do cálculo atuarial e busca de soluções para os problemas financeiros do IPREMT (Instituto de Previdência Municipal de Taquaritinga). Presentes os Vereadores: **JUNINHO PREVIDELLI, RODRIGO DE PIETRO, EDER MINEIRO, DR. VALMIR CARRILHO, GILBERTO JUNQUEIRA, DR. DENIS EDUARDO MACHADO, VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS, TONHÃO DA BORRACHARIA, MIRIAN PONZIO e LUIS CARLOS DA VILA.** Foram convocados para prestar seus serviços nesta Audiência Pública, os seguintes funcionários desta Edilidade: **ANA MARIA DAVOGLIO MOLINARI, ELISANDRA MACHADO VALADARES, ESTELA MARIA BIERAS GIBERTONI, FÁBIO LUIS DE CAMARGO, JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE, NILTON CESAR MORSELLI, ROSA MARIA ROMANO e ZULEICA APARECIDA FRANCISCO DA SILVA COLOMBO.** O vereador e Presidente **VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS** abriu a presente Audiência Pública para falar sobre o Ato da Presidência nº 12/2022, que dispõe sobre a composição da comissão para realização da audiência pública que trata sobre assuntos referentes ao IPREMT. A comissão é composta pelos vereadores **RODRIGO DE PIETRO** (Presidente), **JUNINHO PREVIDELLI** (Relator) e **MIRIAN PONZIO**. O vereador **RODRIGO DE PIETRO** cumprimenta todos os presentes, e convidou todos os vereadores e o Prefeito **VANDERLEI MARSICO** para se sentarem à mesa. Em seguida leu o ato nº 12, e falou sobre a importância de debater e arrumar soluções para os problemas financeiros do IPREMT. Posteriormente, Rodrigo passou a palavra para o responsável pelo cálculo atuarial. Foi convidado para participar remotamente desta Audiência Pública, e discorrer sobre o tema, o consultor da empresa responsável por fazer o cálculo atuarial, senhor Thiago Fernandes. O senhor Thiago Fernandes abriu sua participação na audiência com as explicações técnicas sobre o cálculo atuarial. Thiago diz que as diretrizes são encontradas na Constituição Federal, no artigo 40, que dispõem sobre o regime próprio de previdência. Disse também que o cálculo atuarial do exercício de 2022, seguiu as normas técnicas da Secretaria de Previdência através da Portaria nº 464/2018, e ressaltou que o exercício de 2022 traz um retrato do dia 31 de dezembro de 2021. Thiago destacou que o regime próprio deve ter capacidade, isto é, receitas suficientes para custear as despesas projetadas para o longo prazo. Em seguida, o consultor destacou e exemplificou três cenários diferentes do resultado do sistema previdenciário; na primeira situação com déficit técnico; na segunda situação com equilíbrio; e na terceira situação com superavit técnico. Thiago ressaltou que, infelizmente, 99% dos regimes próprios de previdência estão na primeira situação, com déficit técnico. Em seguida, Thiago fez explicações sobre as estatísticas dos participantes do IPREMT. Em 31 de dezembro de 2021, os benefícios concedidos correspondem a 54,84% da folha de salário dos ativos. Sobre o resultado financeiro do IPREMT, Thiago diz a receita total (contribuição) é no valor de R\$ 2.462.330,77, e despesa total (despesas previdenciárias) no valor de R\$ 2.488.353,79, portanto há uma insuficiência financeira de R\$ 26.023,02. O consultor ainda destacou o patrimônio constituído do IPREMT, que na data de 31/12/2021, é de R\$ 33.148.415,46. Com relação as reservas matemáticas calculadas, o déficit atuarial é de R\$ 507.422.246,60. Por fim, sobre a amortização do déficit, há algumas medidas que poderão ser adotadas, como: I – plano de amortização com contribuições complementares; II –



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

segregação da massa; III – aporte de bens, direitos e ativos; IV - adequação das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios; e V – gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais. Em seguida, o senhor Thiago Fernandes se despede e agradece a todos pela oportunidade de explanar. O vereador **RODRIGO DE PIETRO** agradeceu a presença de Thiago Fernandes e em seguida abriu a palavra para os presentes se manifestarem. Neste momento, fez o uso da palavra o senhor Alexandre Souza da Silva, Presidente do Conselho de Administração do IPREMT, que diz que seu objetivo é zelar pelos funcionários ativos e inativos do município. Falou também sobre as dificuldades que o instituto está passando devido a falta de repasses da Prefeitura Municipal e ressaltou a importância da união de todos para salvar o IPREMT. Em seguida o vereador **RODRIGO DE PIETRO** convidou algum conselheiro do IPREMT para se manifestar, entretanto não houve nenhum que quis fazer o uso da palavra. Posteriormente Rodrigo convidou a Superintendente do IPREMT, senhora Aparecida Luzia Giroto, popularmente conhecida como Cidinha Giroto. Cidinha cumprimentou a todos e falou sobre sua participação na sessão ordinária do dia 17 de outubro de 2022. Em seguida, disse sobre sua preocupação com a falta de repasses da Prefeitura Municipal, e ressaltou que a falta de repasses já acontece em todas as gestões. Cidinha disse ainda que a situação da falta de repasses está piorando desde o bloqueio das contas da Prefeitura. A Superintendente falou que recebeu mensagens, através do aplicativo WhatsApp, de um pensionista que estava preocupado com a situação do instituto, por isso, ela pede para que todos tratem os assuntos relacionados com o IPREMT com parcimônia, para não assustar os aposentados e pensionistas. Por fim, Aparecida Giroto diz que não há problema na atuação dos funcionários, mas sim que os problemas estão com a falta de repasses desde a criação do instituto. Neste momento, fez o uso da palavra o Prefeito Municipal, senhor Vanderlei José Marsico. Vanderlei cumprimentou a todos, e disse que o IPREMT é um problema há vários anos. Relatou que passou pela sua cabeça de que seria melhor extinguir o instituto e passar os inativos para o INSS, só que soube que esta solução seria pior. Por isso, há a necessidade de encontrar um caminho para uma solução. Falou também que o piso salarial dos professores reflete no instituto. Vanderlei disse que a folha de servidores está no teto e que a situação tende a piorar no futuro para o IPREMT. O Prefeito disse também que já pagou muito de saúde, educação, precatórios e cartão alimentação, e que o pagamento de precatórios atrapalha todo o planejamento, porque tem 66 milhões para pagar. Ele ainda falou da importância de se manter o IPREMT, mas que não possui orçamento sobrando disponível para aplicar no instituto. O senhor Prefeito também ressaltou que o transporte para FATEC e ETEC é responsabilidade do Estado de São Paulo, uma vez que são instituições estaduais, e que 90% das obras do município foram através de convênios com deputados e governo do Estado de São Paulo. Por fim, Vanderlei disse que repassou 36 milhões ao IPREMT, e que todos devem encontrar uma solução para salvar o instituto com planejamento. Em seguida, o vereador **RODRIGO DE PIETRO** pediu para algum representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Taquaritinga fazer o uso da palavra. Neste momento, fez o uso da palavra Viviane de Souza Vieira, do Jurídico do Sindicato. Viviane falou sobre o papel do Sindicato, que é supervisionar e apurar fatos e informações. Ela disse ainda sobre a importância de todos se juntarem para encontrar soluções ao IPREMT, e que neste momento não há nenhum fato que justifique uma ação perante o Poder Judiciário. Viviane disse que neste momento não deve haver partidatismo político para tratar sobre a crise no instituto e perguntou qual a medida o Poder Legislativo pode tomar como solução dos problemas do IPREMT. Posteriormente, o vereador **RODRIGO DE PIETRO** pergunta se há algum membro do Ministério Público para debater sobre o tema. Não houve resposta. Perguntou se algum membro da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB quer se manifestar. Nenhum membro quis se manifestar. Neste momento, fez o uso da palavra o ex-vereador, senhor José Roberto Giroto,



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

popularmente conhecido como Beto Giroto. Beto cumprimentou a todos, e disse que há muitos anos existe problema financeiro no IPREMT. Ele ressaltou que no ano de 2005 houve uma intervenção no instituto, pois na época não havia verba nem para realizar a folha de pagamento. Essa intervenção criou uma comissão para fiscalizar os repasses, e que após isso houve uma melhoria na saúde financeira do IPREMT. Beto ainda disse que em dezembro de 2022 não houve nenhum repasse da Prefeitura Municipal ao instituto, nem mesmo da verba referente aos 14% descontados em folha dos servidores públicos municipais. O ex-vereador ressaltou que o IPREMT nasceu morto, e que o instituto é credor de um péssimo devedor (Prefeitura), e lamentou o fato de que os membros do conselho e a superintendente serem reféns do prefeito, pois em sua visão, a solução é desvincular da escolha do prefeito e blindar os conselheiros de sua atuação. Em seguida, fez uso da palavra o senhor Edmilson José Romano. Edmilson falou sobre sua participação em sessão ordinária do dia 12/12/2022. Falou também que já foi superintendente do IPREMT, e que em 2017 o senhor Prefeito começou a escolher os membros do instituto, e após isso a arrecadação começou a diminuir. Disse que para o ano de 2023 está previsto o repasse de 35 milhões. Edmilson falou que o prefeito é sem educação e que não respeita os funcionários públicos. Terminou sua participação dizendo que caberia um impeachment devido a atuação do prefeito. Neste momento, fez o uso da palavra o vereador **RODRIGO DE PIETRO**. Rodrigo lembrou que em 2017, durante sua presidência na Câmara Municipal, já tratava sobre os problemas enfrentados pelo IPREMT. Disse que sua preocupação com o instituto nunca foi política, mas somente com a situação dos funcionários. O vereador falou também que fez 26 requerimentos sobre o tema, e 2 representações no Ministério Público, e que nos últimos anos a Prefeitura Municipal deixou de repassar metade do valor devido ao IPREMT. Em seguida, Rodrigo pergunta sobre o pagamento de benefícios pelo IPREMT acima do teto constitucional. Para responder tal questão, fez o uso da palavra Nadia Assis Lima, do jurídico do IPREMT. Nadia ressaltou que segue jurisprudência, em que acúmulo de cargos possíveis não há a aplicação do teto. Ela disse que essa é a jurisprudência do STF, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em seguida, fez uso da palavra o vereador **DR. DENIS EDUARDO MACHADO**, que disse sobre o debate nesta audiência pública, em sua visão deve haver a procura de uma solução com a participação de todos, e não somente acusações entre as partes. Neste momento, fez uso da palavra o vereador **JUNINHO PREVIDELLI**. Juninho pergunta à superintendente Aparecida Luzia Giroto o motivo dela ser chamada de mentirosa pelas pessoas. Cidinha responde que não é refém do prefeito, e que não sabe porque é chamada de mentirosa, principalmente pelo vereador Rodrigo de Pietro. O vereador **RODRIGO DE PIETRO** faz uso da palavra e diz que o motivo é devido sua participação em sessão ordinária, quando ela disse que a Prefeitura Municipal não devia nada ao IPREMT, mas que logo em seguida houve o conhecimento público de que havia falta de repasses da Prefeitura. Rodrigo ressaltou que o cargo da superintendente é político, e por este motivo ela não fez representação no Ministério Público. Em seguida, fez uso da palavra a ex-superintendente do IPREMT, senhora Luciana Matosinho. Luciana diz que o maior problema do IPREMT sempre foi a falta de repasses, e que o cálculo atuarial dá vida ao instituto. Luciana apresentou duas soluções para os problemas financeiros do IPREMT. Uma delas é vender os terrenos pertencentes ao poder público municipal e repassar ao IPREMT; a outra alternativa é segregação de massa. Luciana ainda disse que muitas leis aprovadas pela Câmara Municipal prejudicaram o instituto. Neste momento fez o uso da palavra o vereador **EDER MINEIRO**. Eder falou que o teto do INSS é por volta de 7 mil reais, e que o teto do IPREMT é muito maior, prejudicando assim as finanças do instituto. Luciana disse que somente quatro pessoas recebem o teto, e que já há uma lei de previdência complementar para estas situações. Em seguida, fez o uso da palavra a vereadora **MIRIAN PONZIO**. Mirian disse sobre a importância da audiência pública, e perguntou à



CÂMARA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

- Estado de São Paulo -

Luciana sobre a obrigação da prefeitura realizar os repasses mensais até o dia 30. Foi respondido que vê com preocupação, pois se não há o repasse vai ser mais difícil receber as multas, uma vez que fica inviável ao município. Em seguida, **MIRIAN PONZIO** pergunta sobre as folhas de pagamento do ano de 1998. Foi respondido pela Luciana de que esta situação é complicada, pois não sabe onde foi parar estas documentações. Em seguida, Luciana agradece a oportunidade de participação. Neste momento, fez uso da palavra o vereador **LUIS CARLOS DA VILA**. Luis Carlos disse que não se deve fazer política nesta audiência pública, e que a superintendente não disse a verdade quando participou da sessão ordinária. Ele ainda ressaltou que todos os prefeitos deixaram de repassar os valores devidos ao IPREMT, e que o responsável pelo cálculo atuarial deveria estar pessoalmente presente na audiência pública. Além disso, Luis Carlos afirmou que todos precisam arrumar uma solução para o IPREMT, e que não adianta culpar o atual prefeito. Em seguida, fez o uso da palavra o vereador **TONHÃO DA BORRACHARIA**. Tonhão diz que precisa achar uma solução para o IPREMT, e que não pode deixar o instituto extinguir. O vereador ainda disse que aprovou a ideia de vender os imóveis para abater as dívidas do IPREMT. Posteriormente, fez o uso da palavra o vereador **GILBERTO JUNQUEIRA**. Gilberto diz que a intervenção no IPREMT em 2005 foi a solução naquela ocasião, e que atualmente somente os repasses da Prefeitura irá salvar o instituto. Em seguida, fez o uso da palavra o vereador **VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS**. Valcir disse que foi surpreendido com algumas colocações durante a audiência pública, e que esta Casa de Leis nunca se omitiu, pois há 26 requerimentos para pedir informações ao IPREMT desde o ano de 2017. O vereador ainda lembrou que o projeto de lei aprovado na Câmara de Taquaritinga, aumentando o desconto dos servidores de 11% para 14% foi uma obrigação advinda de uma lei federal. Em seguida, Valcir pergunta se algum procurador do IPREMT ou do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Taquaritinga foi ao INSS procurar saber se existiu algum fundo antes da fundação do IPREMT em 1998. Foi respondido pela Dra Nádia, do jurídico do IPREMT, que antes de 1998 existiam funcionários estatutários e celetistas, e que os celetistas contribuía para o regime geral e que os estatutários aposentados e pensionistas eram pagos pelo próprio ente. Assim que o IPREMT foi criado estes estatutários foram passados ao regime só que o instituto não recebeu aporte nenhum. Posteriormente, **VALCIR CONCEIÇÃO ZACARIAS** pergunta à superintendente Aparecida Luzia Giroto o que ela fez a respeito dos 98 mil reais que sumiram dos cofres do IPREMT. A superintendente respondeu que o IPREMT sofreu um golpe e que acionou a justiça, e posteriormente foi aberta uma sindicância para apurar administrativamente o fato. Após, fez o uso da palavra o vereador **RODRIGO DE PIETRO**. Rodrigo fala sobre a importância do debate em audiência pública e que há a necessidade de levantar mais dados, e vai abrir um prazo de sete dias para que os interessados realizem requerimentos ao IPREMT. Por fim, o vereador **RODRIGO DE PIETRO** agradece as participações de todos, e após fazer suas considerações finais, encerrou a presente Audiência Pública, às 22h14min. E para constar eu _____ **JOÃO VITOR MOHIEDDINE YULE**, técnico legislativo, lavrei a presente Ata, que conforme o disposto nos artigos 156 e 157 do Regimento Interno (ata eletrônica), a gravação encontra-se arquivada no sistema de gerenciamento eletrônico na Diretoria Legislativa da Câmara Municipal.